

## Ata nº 57 / XIII / 2.ª SL

Aos treze dias do mês de Dezembro de 2016, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia:

#### 1ª Parte

**Audição do Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, Luís Gaspar da Silva**

#### 2ª Parte

#### 1. Informações gerais

Visita de trabalho à República Islâmica do Irão: Programa provisório já entregue. Encontro no aeroporto pelas 09.00 horas.

#### 2. Distribuição de iniciativas legislativas

- **Proposta de Resolução n.º 35/XIII/2ª** - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Montenegro para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, em 12 de julho de 2016.  
Deputado autor do parecer: **PSD** (conexão com a 5ª Comissão)
- **Proposta de Resolução n.º 36/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento assinada em 14 de janeiro de 1971, assinado a 25 de agosto de 2016.  
Deputado autor do parecer: **PSD** (conexão com a 5ª Comissão)
- **Proposta de Resolução n.º 37/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina referente aos Testes Genéticos para Fins relacionados com a Saúde, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 27 de novembro de 2008.  
Deputado autor do parecer: **PS** (conexão com a 9ª Comissão)

- **Proposta de Resolução n.º 38/XIII/2ª** - Aprova o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia, assinado em Nouakchott em 21 de outubro de 2010.  
Deputado autor do parecer: **BE** (conexão com a 3ª Comissão)
  
- **Proposta de Resolução n.º 39/XIII/2ª** - Aprova o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana adotado em Caracas, em 11 de novembro de 1989.  
Deputado autor do parecer: **PSD** (conexão com a 12ª Comissão)
  
- **Proposta de Resolução n.º 40/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfico Ibero-Americana, adotado em Córdoba, Reino de Espanha, em 28 de novembro de 2007.  
Deputado autor do parecer: **PS** (conexão com a 12ª Comissão)
  
- **Proposta de Resolução n.º 41/XIII/2ª** - Aprova o Acordo Latino-Americano de Co-produção Cinematográfica adotado em Caracas, em 11 de novembro de 1989.  
Deputado autor do parecer: **PSD** (conexão com a 12ª Comissão)
  
- **Proposta de Resolução n.º 42/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-Americano de Co-produção Cinematográfica, assinado em Bogotá, em 14 de julho de 2006.  
Deputado autor do parecer: **PS** (conexão com a 12ª Comissão)

### 3. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias selecionadas pela CAE:

**Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um acordo que altera o Acordo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia sobre cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil - [COM\(2016\)694](#)  
Deputado (a) Relator (a): PS

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** - Programa de Trabalho da Comissão para 2017- Realizar uma Europa que protege, capacita e defende - [COM\(2016\)710](#)  
Deputado (a) Relator (a): PS

**Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO** - Relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro - [JOIN\(2016\)56](#)  
Deputado (a) Relator (a): BE

**COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL** - Model status agreement as referred to in Article 54(5) of Regulation (EU) 2016/1624 of the European Parliament and of the Council of 14 September 2016 on the European Border and Coast Guard (implementação do artº 54.º n.º 5 do Regulamento em apreço, referente ao quadro operacional de cooperação e de execução das ações, entre as Autoridades de países terceiros e a Agência Europeia competente, e entre esta e as equipas no terreno) - [COM\(2016\) 747](#)  
Deputado (a) Relator (a): PSD

#### 4. Apresentação e discussão do relatório da visita a Kiev, Ucrânia.

#### 5. Outros assuntos

---

##### 1.ª Parte

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Senhores Deputados. Em seguida, recebeu o Senhor Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, Luís Gaspar da Silva, a quem endereçou igualmente as boas vindas da Comissão, e explicou a metodologia adotada para a sessão, imediatamente antes de lhe conceder a palavra para a sua intervenção inicial.

Nesta, começou o Senhor Embaixador por referir ter apresentado credenciais juntos das autoridades santomenses em Outubro passado, tendo encontrado uma embaixada bem estruturada.

Começou por salientar o facto de, pela primeira vez na história do país, o mesmo partido possui maioria no Parlamento e um Presidente da República por si apoiado, veiculando uma certa tendência centralizadora do poder, bastante frequente na realidade política africana, sendo que a vida parlamentar é substantiva e intensa, o que é extremamente positivo.

No domínio das relações bilaterais, Portugal é o principal fornecedor externo de São Tomé (61,4% das importações) e o principal parceiro internacional, tanto na cooperação como na ajuda ao desenvolvimento. O novo Programa Estratégico de Cooperação, assinado no início de setembro, veio traduzir uma nova visão estratégica, com prioridades bem definidas, no

âmbito da agenda 20/30 para a transformação. Referiu a extraordinária importância que tem a escala em Acra efetuada pelo voo TAP de Lisboa para São Tomé, atenta a influência do *Boko Haram*, nos Camarões.

Interveio em nome do PSD, o Senhor **Deputado José Cesário**, que deu as boas-vindas ao Senhor Embaixador, a quem desejou as maiores felicidades no desempenho do cargo. Relativamente à estratégia de cooperação, perguntou se os diferentes parceiros institucionais \_\_ universidades, empresas, etc. \_\_, estão já familiarizados com os objetivos a atingir, como vai proceder-se à articulação na execução deste Programa, e ainda, quais as necessidades estruturais mais importantes, já identificadas para além da formação. Questionou, depois, sobre a estratégia cultural, sobre que ações concretas serão prioritariamente desenvolvidas. Acerca da comunidade de língua portuguesa, que é diversificada (angolanos, cabo-verdianos, portugueses, de entre outros), quis saber qual era a situação atual.

Em resposta, referiu o Senhor **Embaixador** que em mês e meio de atividade forma já bastantes as reuniões ocorridas com entidades empresariais e profissionais muito variadas. Decorreu já um seminário sobre atividades marítimas, aproveitando a recente presença em São Tomé do navio hidrográfico Almirante Gago Coutinho. Relembrou que a “Águas de Portugal” alavancou com a União Europeia (UE), no âmbito da cooperação delegada, um projeto no domínio das águas, liderado por Portugal, no valor de 4 milhões de euros e que é prioritário em termos de investimento. Salientou a importância das infraestruturas para São Tomé, pese embora o Programa de Cooperação não as contemple como seria aconselhável, situação que levará Portugal a avançar com verbas próprias em tal domínio. Na área da saúde é muito relevante o papel desempenhado pelo Instituto Valle Flôr, o qual tem vindo a privilegiar a telemedicina, bastante desenvolvida, tendo por finalidade essencial dotar o país de meios técnicos e humanos próprios, preparando o *fasing-out* de Portugal. Na cultura, tem vindo a ser desenvolvido um projeto muito variado, com destaque para a música, a pintura e o teatro, (do tipo “revista”), especialmente adaptado à realidade social santomense e promovendo companhias locais. Destacou, ainda, o papel essencial que é desenvolvido neste âmbito pelo Centro Cultural Português, que é uma referência na cidade e, principalmente, junto da juventude, dado que a Embaixada faculto o acesso à utilização de computadores ligados à internet.

Interveio o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)** para desejar as maiores felicidades ao trabalho do senhor Embaixador, numa terra que considera extraordinária. Atento o estágio de desenvolvimento de São Tomé, defendeu que a cooperação deve ser sobretudo de cariz institucional. Perguntou qual deverá ser a estratégia para elevar o perfil e o nível da representação diplomática de São Tomé, nomeadamente, junto da CPLP. Relativamente ao

Programa de cooperação, pediu um comentário quanto ao enfoque que o mesmo tem dado à formação e à saúde, mormente quanto a médicos, enfermeiros e meios de diagnóstico e terapêutica. Na economia, lembrou o projeto que tem vindo a ser prosseguido com o Instituto Superior de Agronomia e perguntou se é possível aprofundar esta colaboração e estendê-la a outras áreas do setor primário. Ainda no âmbito económico, lembrou que em São Tomé, as mercadorias circulam mais rapidamente que os pagamentos, tendo perguntado o que poderá ser feito neste particular. Também na prospeção petrolífera, questionou em que pé se encontra a execução do contratado com a GALP e se já existe exploração efetiva. No domínio da defesa, perguntou em que pé se encontram os projetos de cooperação em termos de formação, tendo pedido confirmação sobre a preferência que, nesta área, parece ter vindo a ser dada pelas autoridades santomenses a outros países da CPLP, face às Forças Armadas portuguesas.

Respondeu o Senhor **Embaixador** existir franca disponibilidade para que Portugal aprofunde laços com São Tomé, incluindo programas de colaboração interparlamentar, lembrando estar presentemente em curso uma ação patrocinada pelo Banco Mundial. Em termos diplomáticos, não tem dúvidas de que São Tomé apoiará a linha de intervenção diplomática africana, liderada por Angola, em detrimento da portuguesa. Relativamente ao Programa de Cooperação, no valor global de 57 milhões de euros, permitiu já que os médicos formados em Portugal regressassem a São Tomé, sendo que a melhor solução é agora a de utilizar tais recursos humanos para promover a formação local. Outras áreas de formação que antevê relevantes são a do turismo, serviços e especialistas em atividades tradicionais, como serralheiros, carpinteiros, etc. E lembrou, ainda, existir uma linha de crédito para empresas que queiram investir em São Tomé, no valor de 2 milhões de euros.

Tomou a palavra pelo BE, a Senhora **Deputada Domicília Costa** que quis saber no que consiste em concreto a cooperação militar portuguesa, designadamente, no domínio marítimo.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que o Senhor Ministro da Defesa Nacional visitou recentemente São Tomé, aquando da presença no arquipélago do navio Almirante Gago Coutinho, e que a Marinha portuguesa está a efetuar estudos e cartas hidrográficas que serão posteriormente oferecidas a São Tomé. Embora não consiga precisar qual a componente financeira alocada a este programa, referiu que a programação na área da defesa abrange quatro dimensões: apoio à estrutura das Forças Armadas do país, e projetos de engenharia militar, os quais são assegurados de forma permanente e para cujo efeito ali se encontram em permanência militares portugueses enquadrados no âmbito da Cooperação Técnico-Militar. Existem ainda projetos relacionados com o incremento da Guarda-costeira de São Tomé, materializada na assessoria organizacional e de

regulamentação, bem como, num sentido mais lato, assessoria técnico-jurídica no domínio estatutário militar.

Em nome do PCP, interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz**. Começando por cumprimentar o Senhor Embaixador, em nome do seu Grupo Parlamentar, passou à questão do Programa de Cooperação para falar na área da Justiça, aspeto que terá sido aflorado numa recente visita de Deputados a São Tomé, perguntando qual a evolução do funcionamento do sistema santomense. Na saúde, perguntou em que situação se encontra o combate à erradicação do paludismo. Relembrando que os programas de cooperação, sejam quais forem, devem privilegiar a potenciação de vantagens mútuas, e evitar um certo paternalismo que costuma ser típico no relacionamento com países africanos, alertou para a necessidade de os programas de formação deverem ser formatados para responder às necessidades específicas da economia e do emprego, devendo orientar-se para a empregabilidade dos mais jovens, que são a grande força motriz do país.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente**, para reforçar a relevância em ver respondidas as questões relacionadas com a GLAP e com a erradicação do paludismo.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que o direito de acesso à justiça é de extrema importância, assim como os direitos económicos, sendo que a Senhora Ministra da Justiça portuguesa pretende assegurar assessoria técnica permanente neste domínio. Contudo, por vezes, é difícil a África alocar regimes democráticos, o que dificulta a implementação de valores e medidas, de entre outro, no campo da justiça. As principais atividades económicas portuguesas em São Tomé são o agroalimentar, o turismo e comércio. Relembrou que os investimentos programados por Angola foram desmantelados para realização de divisas, dada a paridade cambial de São Tomé face ao euro. Relativamente à exploração petrolífera, desconhece se terão já sido antecipadas receitas, sabendo, porém, que a GALP adquiriu 20% dos direitos de exploração anteriormente detidos por uma empresa americana. Estão em curso testes sísmicos, mas a probabilidade de encontrar hidrocarbonetos é considerada baixa. Não obstante, a GALP possui um programa de 100 milhões de euros que pretende aplicar, maioritariamente, em formação. Quanto ao paludismo, existe um programa de erradicação subsidiado por Taiwan, com quem São Tomé estabeleceu relações diplomáticas, e que é gerido por um médico congolês. Nos últimos 3 anos, referiu, existiu um único caso de paludismo, na ilha do Príncipe. Porém, em São Tomé, 2% da população está afetada, tendo sido registados novos casos. Na sua opinião, tal ressurgimento deve-se à inexistência de medidas de contenção, sobretudo na cultura da banana e na movimentação de terras utilizadas na construção civil.

Passados à **2.<sup>a</sup> Ronda**, foram colocadas as seguintes questões, por parte dos Senhores

**Deputados:**

**Carlos Páscoa (PSD)**, para perguntar qual o estágio de evolução do projeto de telemedicina do Instituto Valle Flôr; porque motivo, existindo rede *wifi* em São Tomé, não existem computadores nas escolas; em que pé está um anunciado investimento de 100 milhões de euros, supostamente feito por um cidadão sul-africano, localmente conhecido por “homem da lua”.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para questionar qual o presente grau de execução de projetos na área da justiça em tempo lançados, designadamente, na área da magistratura, nos registos e notariado, e na polícia; se permanece o afluxo aos fins-de-semana de expatriados de países vizinhos, designadamente da Nigéria e Camarões, fugindo da influência fundamentalista do *Boko Haram*; finalmente, e perante a alusão a que África carece de condições para albergar regimes democráticos, pediu esclarecimento acerca desta ideia, tendo lembrado que a Europa não está, em tal domínio, a dar o melhor exemplo.

Respondeu o Senhor **Embaixador**, começando por manifestar ter sido infeliz na forma como se exprimiu relativamente às considerações por si tecidas acerca da democracia em África, tendo frisado não ter querido interpretar nenhuma forma de paternalismo. No caso do *Boko Haram*, diversas famílias vêm a São Tomé no sentido de gozarem de fins-de-semana livres da cada vez maior ascendência do integrismo islâmico que grassa em partes da Nigéria e dos Camarões e também do Togo. No fundo, tais circunstâncias acabam por beneficiar o turismo santomense. Saliu a essencialidade da existência de um quadro normativo moderno e funcional que regule investimento estrangeiro. O projeto da telemedicina, designadamente na oftalmologia, tem registado grandes avanços, reconhecidos pela própria Organização Mundial de Saúde, tendo sido recentemente lançado outro programa na área do otorrino. O motivo pelo qual não existem computadores nas escolas tem a ver com o facto de o recurso à internet ter custos impraticáveis para a realidade socioeconómica santomense, pelo que nem mesmo a escola portuguesa os possui. O chamado “homem da lua” vai desinvestir e despedir 250 pessoas, incluindo a realização de programas relacionados com o português. A sua empresa denomina-se HBD e parece não ter cumprido obrigações com participações sociais.

O Senhor Presidente deu por terminada a audição do senhor Embaixador, tendo agradecido a sua presença e interrompido a sessão para acompanhar o visitante à saída.

**2.ª Parte**

Retomados os trabalhos, e no âmbito do **Ponto 1.** da OD, lembrou o Senhor **Presidente**

ter já sido distribuído pelos elementos da delegação parlamentar que irá deslocar-se ao Irão, o programa provisório da visita, e que o encontro no aeroporto está agendado para as 9 horas.

Relativamente ao **Ponto 2.**, procedeu-se, como segue, à distribuição das iniciativas ali indicadas:

PPR números 35 e 36, distribuídas ao Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD);

PPR n.º 37, o PS indicou que oportunamente indicará o Deputado que a apreciará;

PPR n.º 38, distribuída à Senhora Deputada Domicília Costa (BE);

PPR números 39 a 42, foram, por unânime acordo dos Grupos Parlamentares envolvidos, atribuídos à Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS), atenta a natureza e ligação entre as matérias nelas abordadas.

No **Ponto 3.** da OD, foram analisadas as iniciativas europeias ali identificadas, tendo a Comissão deliberado, por unanimidades dos Deputados presentes, escrutinar a sua totalidade, ficando o PS, nas duas primeiras, o BE relativamente à terceira, e o PSD quanto à quarta, de indicar posteriormente os Deputados que ficam responsáveis pela elaboração dos respetivos Relatórios.

Passados ao **Ponto 4.**, tomou a palavra o Senhor **Presidente**, para apresentar o Relatório da recente deslocação à Ucrânia (14 a 17 de novembro), previamente distribuído a todos os Deputados da Comissão. Como notas pessoais, quis sublinhar o valor para as autoridades ucranianas que representa a “ameaça russa”, mormente após os episódios da Crimeia e do *Donbass*, defendendo a continuidade das sanções à Federação Russa. Paralelamente, destacou a posição de alguns países europeus no sentido do aligeiramento e mesmo do fim das sanções impostas à Rússia, pelo valor que as mesmas representam para as respetivas economias.

No **Ponto 5.**, lembrou que na próxima sessão, em 20 de dezembro, estará ausente em visita ao Irão, pelo que será necessário que um dos Vice-presidentes assumira a direção da reunião, a qual terá início pelas 14.30 horas, com a audição do Senhor Embaixador de Portugal no Uruguai, seguida do Senhor Embaixador de Portugal na Tunísia.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20161213.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161213.mp3)

Palácio de S. Bento, 13 de Dezembro de 2016

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicília Costa  
Isabel Santos  
Joana Lima  
José Cesário  
Lara Martinho  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
António Ventura  
Carla Cruz  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas  
João Oliveira  
Nuno Magalhães  
Porfírio Silva

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 16/05/2016.**